



****COMUNICADO DE IMPRENSA****

Comissão independente de alto nível conclui que uma epidemia de más leis e abusos dos direitos humanos está a sufocar a resposta global ao SIDA

Relatório de referência considera que fazer cumprir as leis punitivas prejudica as respostas ao VIH e desperdiça recursos. A Comissão exige, urgentemente, leis que protejam os direitos humanos, de modo a se salvarem vidas, a se economizar dinheiro e se acabar com a epidemia.

NOVA IORQUE, 9 de julho de 2012 - As leis punitivas e os abusos dos direitos humanos estão a custar vidas, a desperdiçar dinheiro e a sufocar a resposta global ao SIDA, segundo um relatório da Comissão Global sobre VIH e Lei, um órgão independente formado por líderes globais e especialistas. O relatório da Comissão, "O VIH e a Lei: Riscos, Direitos e Saúde", encontra provas em como os governos de todas as regiões do mundo desperdiçaram o potencial dos sistemas jurídicos na luta contra o VIH. O relatório também conclui que as leis baseadas em provas e nos direitos humanos fortalecem a resposta global ao SIDA - estas leis existem e devem ser postas em prática urgentemente.

"Más leis não deveriam intrometer-se nas respostas eficazes ao VIH", afirmou Helen Clark, Administradora do Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Na Declaração Política sobre o VIH/SIDA, os Estados-Membros comprometeram-se a rever leis e políticas que impedem respostas eficazes ao VIH. Uma das principais contribuições do trabalho da Comissão tem sido de melhorar este processo em alguns países e catalisá-lo em outros".

A Comissão Global sobre VIH e Lei - composta por ex-líderes estatais e por peritos em termos jurídicos, de direitos humanos e de VIH - baseou o seu relatório numa extensa pesquisa e em relatos de primeira mão de mais de 1 000 pessoas, de 140 países. A Comissão, apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em nome do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, concluiu que as leis punitivas e as práticas discriminatórias de muitos países prejudicam o progresso contra o VIH.

Por exemplo, as leis e os costumes legalmente tolerados, que falham em proteger mulheres e raparigas da violência, aprofundam as desigualdades entre géneros e aumentam a sua vulnerabilidade ao VIH. Algumas leis de propriedade intelectual e políticas não são consistentes com a lei internacional dos direitos humanos e impedem o acesso a tratamento vital e à prevenção. As leis que criminalizam e desumanizam as populações com maior risco de contágio de VIH - incluindo homens tendo relações sexuais com outros homens, trabalhadores do sexo, transexuais e utilizadores de drogas injetáveis - empurram as pessoas para a clandestinidade, afastando-as de serviços de saúde essenciais, e aumentam o seu risco de contágio pelo VIH. As leis que criminalizam a transmissão do VIH, a exposição e a divulgação do estatuto de portador do mesmo, desencorajam as pessoas a fazerem o teste e a serem tratadas. Nomeadamente:

- Em mais de 60 países é crime **expor outra pessoa ao VIH ou a transmitir** o mesmo. Mais de 600 seropositivos de 24 países, incluindo dos Estados Unidos da América, foram condenados por tais crimes. Estas leis e práticas desencorajam as pessoas a procurarem um teste de VIH e a divulgarem a sua condição.

- 78 países criminalizam **atividades sexuais entre pessoas do mesmo sexo**. O Irão e o Líbano impõem a pena de morte para atos sexuais entre homens; a Jamaica e a Malásia punem atos sexuais com penas de prisão prolongadas. Estas leis tornam difícil prevenir o VIH entre os mais vulneráveis à infeção.
- Mesmo que eles possam oferecer informalmente serviços de redução de danos, leis de alguns países criminalizam alguns aspectos de serviços comprovados de redução de danos a **utilizadores de drogas injetáveis**, incluindo no Camboja, na China, no Myanmar, na Malásia e nas Filipinas. Pelo contrário, os países que legalizam os serviços de redução de danos, como a Suíça e a Austrália, quase que pararam completamente novas infeções de VIH, entre os utilizadores de drogas injetáveis.
- Mais de 100 países criminalizam algum aspeto do trabalho do sexo. O ambiente legal em muitos países expõe os **trabalhadores do sexo** à violência, o que leva à sua exclusão económica e social. Isso também impede que os mesmos acedam a serviços de VIH essenciais e de saúde.
- As leis e costumes que marginalizam **mulheres e raparigas**, desde a mutilação genital à negação dos direitos de propriedade, prejudicam a sua capacidade para negociarem sexo seguro e para se protegerem da infeção do VIH. 127 países não possuem legislação que proíba a violação conjugal.
- As leis e práticas que negam aos **jovens** o acesso à educação sexual, a serviços de redução de riscos, de reprodução e de VIH, ajudam a difundir o mesmo.
- As **excessivas proteções da propriedade intelectual**, que dificultam a produção de medicamentos a preços acessíveis, em particular de tratamentos de segunda geração, estão a impedir o acesso ao tratamento e à prevenção.

Fazer cumprir más leis desperdiça recursos e prejudica respostas eficazes ao VIH

Ao longo das três últimas décadas, avanços científicos e milhões de milhões de dólares de investimentos levaram à notável expansão da prevenção e do tratamento do VIH, salvadores de vidas, que beneficiaram inúmeros indivíduos, famílias e comunidades. No entanto, o relatório da Comissão considera que muitos países desperdiçam recursos ao adotarem e imporem leis que prejudicam estes investimentos críticos.

"Muitos países desperdiçam recursos vitais ao imporem leis arcaicas que ignoram a ciência e perpetuam o estigma", afirmou o ex-Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que preside a Comissão. "Agora, mais do que nunca, temos a oportunidade de libertar as gerações futuras da ameaça do VIH. Não podemos permitir que a injustiça e a intolerância prejudiquem o progresso, especialmente nestes tempos económicos difíceis".

Os Governos devem adotar leis baseadas em provas, nos direitos humanos e na saúde pública

O relatório constata que as leis baseadas em provas de saúde pública e nos direitos humanos podem transformar a resposta global ao VIH. De acordo com o relatório da Comissão, as leis e práticas originárias em provas de boas práticas de saúde pública e nos direitos humanos existem, e tais leis e práticas devem ser replicadas. De modo a se acabar com a epidemia de más leis e para se promoverem boas leis que apoiem respostas ao VIH eficazes, a Comissão apela aos governos para banirem a discriminação com base no estatuto de VIH e para revogarem leis que criminalizem a transmissão do VIH ou a não divulgação do estatuto de portador do mesmo. A Comissão pede aos governos para utilizarem a lei de modo a acabarem com o flagelo da violência contra as mulheres e raparigas e para resistirem a pressões internacionais para darem prioridade ao comércio em vez da saúde dos seus cidadãos. A Comissão também recomenda a despenalização de atividades sexuais entre pessoas do mesmo género, trabalho sexual e consumo de drogas voluntários, o que iria permitir às populações vulneráveis acesso a serviços de luta contra o VIH.

"As mulheres compõem metade da população mundial e os jovens são o nosso futuro", disse Nevena Ciric, uma mulher sérvia portadora do VIH. "Os países devem adotar leis que previnam a violência contra mulheres e raparigas, assim como devem garantir que as leis apoiam a prestação de uma educação sexual abrangente e de serviços para jovens".

A comunidade global tem um papel crítico a desempenhar. Os líderes globais, os grupos da sociedade civil e as Nações Unidas devem responsabilizar os governos com as mais elevadas normas do direito internacional, de saúde pública e de direitos humanos universais, e defenderem políticas e práticas baseadas nos direitos humanos e em provas de saúde pública.

"Os governos de todo o mundo têm a responsabilidade de tomarem medidas corajosas e de revogarem leis que surjam da ignorância e intolerância", afirmou Maurice Tomlinson, um advogado e conselheiro jurídico jamaicano da associação AIDS-Free World. "Na Jamaica, onde a prevalência do VIH entre homens tendo relações sexuais com outros homens é das mais elevadas do mundo, a lei contra a sodomia gera medo e violência e afasta estes homens do cuidado e tratamento que necessitam".

Os governos devem seguir a liderança de países que adotaram leis que ajudaram a avançar com respostas eficazes ao VIH. Por exemplo, os países africanos e das Caraíbas que não penalizam a atividade sexual entre pessoas do mesmo género, têm uma prevalência menor de VIH entre homens tendo relações sexuais com outros homens. Os países que tratam os utilizadores de drogas injetáveis como pacientes em vez de criminosos - incluindo a Nova Zelândia, a Alemanha, a Austrália, a Suíça e Portugal - possuem um maior acesso a serviços de VIH e taxas de transmissão do mesmo mais baixas, por entre os consumidores de drogas.

"Temos de assegurar que as novas intervenções para a prevenção e tratamento do VIH alcançam as pessoas que mais delas precisam", disse o ex-Presidente do Botsuana, Festus Mogae, um membro da Comissão. "As leis que proíbem a discriminação e a violência e que protegem as populações de maior risco são poderosas ferramentas de baixo custo, que asseguram que os investimentos para o VIH não são desperdiçados. Sem dúvida, impor essas leis é complexo e politicamente desafiante, mas o nosso relatório mostra que isso pode e deve ser feito".

[ESPAÇO RESERVADO PARA TEXTO PADRONIZADO]

Para mais informações sobre a Comissão Global sobre VIH e Lei, visite:

www.hivlawcommission.org